

# PROCESSO SELETIVO

## SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC/BA

GABARITO	ATENÇÃO
<b>Z</b>	<b>VERIFIQUE SE O GABARITO DESTES CADERNO DE QUESTÕES CONFERE COM O DO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS</b>

S E S C

---

B A H I A

**DATA: 25/10/2009 - DOMINGO - MANHÃ**

**CARGO: S01 - Advogado**

FRASE PARA EXAME GRAFOLÓGICO (TRANSCREVA NO QUADRO DE SEU CARTÃO DE RESPOSTAS)

*“Sempre faça o que não consigo fazer para aprender o que não sei!”*

*Pablo Picasso*

### A T E N Ç Ã O

O **Caderno de Questões** contém 50 questões de múltipla-escolha, cada uma com 5 opções (A, B, C, D e E).

1. Ao receber o material, verifique no **Cartão de Respostas** seu nome, número de inscrição, data de nascimento e cargo. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
2. A prova objetiva terá duração de 3 horas e 30 minutos incluído neste tempo o preenchimento do **Cartão de Respostas**.
3. Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a opção que responde corretamente a cada uma delas. O **Cartão de Respostas** será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição do **Cartão de Respostas**, por erro do candidato.
4. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
  - A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
  - Outras formas de marcação diferentes implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**.
  - Será atribuída nota zero às questões não assinaladas ou com falta de nitidez, ou com marcação de mais de uma opção, e as emendadas ou rasuradas.
5. O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.
6. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 60 minutos contados do seu efetivo início, **sem levar o Caderno de Questões**.
7. Você só poderá levar o próprio **Caderno de Questões** faltando 60 minutos para o término do horário da prova, conforme Edital do Processo Seletivo Simplificado.
8. Por motivo de segurança, só é permitido fazer anotação durante a prova no **Caderno de Questões**.
9. Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
10. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas**.
11. Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o **Cartão de Respostas**. Não esqueça seus pertences.
12. O **Gabarito Oficial da Prova Objetiva** será disponibilizado no site [www.funcab.org](http://www.funcab.org), no dia 27/10/2009, conforme estabelecido no Cronograma Previsto.

Realização:



**BOA PROVA**

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

### Pacotes, excluídos e emergentes

*Ou: o uso do eufemismo na arte de governar e de administrar as relações entre as classes*

Considere-se a afirmação seguinte: “Os países atrasados anunciaram um pacote de ajuda aos miseráveis”. Considere-se agora esta outra: “Os países emergentes anunciaram um conjunto de medidas de ajuda aos excluídos”. Qual a diferença entre uma frase e outra? Nenhuma, quanto ao conteúdo. Mas como soa mais benigna a segunda, expurgada da crueza selvagem da primeira... A primeira, dita num salão, choca como palavrão. Soa como vitupério de rameira em rixa de bordel. A segunda deleita como solo de clarineta. Parece discurso de doutor em noite de entrega de título *honoris causa*. Por isso, governa-se com a segunda.

Estamos falando da arte de se valer dos eufemismos. Quando morre a mãe de alguém, é grosseiro anunciar-lhe: “Sua mãe morreu”. No mínimo, a pessoa dirá que a mãe “faleceu”. Também poderá dizer que “desapareceu”. Ou então, se ainda achar pouco, que “feneceu”, delicado verbo emprestado às flores, com o que a morte se apresentará cheirosa como lírio, colorida como cravo. O eufemismo, como a hipocrisia, é a homenagem que, na linguagem, o vício presta à virtude. Soa mais virtuoso confessar a existência de “relações impróprias” com alguém, conforme fórmula celebrizada pelo presidente dos Estados Unidos, do que dizer que se cometeu adultério.

Na segunda das frases acima estão reunidos três dos eufemismos mais correntes na vida pública. Dois deles são universais – “emergente” para país atrasado e “excluído” para miserável. O terceiro, “conjunto de medidas” em lugar de pacote, fala exclusivamente à sensibilidade brasileira e, mais ainda, do atual governo brasileiro. “Emergente” para país atrasado ou, para ser mais exato, remediado, é a última de uma longa linhagem de fórmulas classificatórias dos países segundo sua riqueza. Até a primeira metade do século, quando ainda não se carecia de eufemismos, nesta área – ou, caso se prefira, de linguagem politicamente correta – os países eram simplesmente ricos e pobres, quando não metrópoles e colônias. Com a adoção do conceito de “desenvolvimento”, depois da II Guerra, passaram a ser “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”. Mais adiante, para não achincalhar a todos, indistintamente, com a pecha infamante de “subdesenvolvido”, premiou-se os melhores com o gentil “em desenvolvimento”. Tais países não eram mais “sub”, não estavam mais tão por baixo. Nos últimos anos, substituiu-se o “em desenvolvimento” por “emergente”, a palavra que igualmente se opõe ao “sub”. São países não mais submersos, mas que emergem, já põem a cabeça para fora.

“Excluídos” para designar os miseráveis é o coroamento de uma linhagem mais longa ainda de palavras com as quais se tenta melhorar a condição das pessoas na rabeira da escala social. Já se recorreu a peças do vestuário, por exemplo. Na Revolução Francesa havia os “sans-culottes”, os desprovidos do tipo de calça – o “culotte” – de uso dos nobres. Na Argentina de Perón e Evita consagraram-se o “descamisado”. Também já se falou – e se fala ainda – em menos favorecidos, despossuídos, humildes... “Excluído”, dirá o leitor, tem um sentido diverso. É aquele que o sistema produtivo exclui, no entanto, dificilmente alguém será miserável e incluído. O que leva a concluir que, na prática, o excluído quase sempre se confunde com o miserável.

Resta falar da sorte da palavra “pacote”. “Pacote” nasceu inocentemente, na administração da economia, talvez por imitação das agências de turismo, que quando vendem passagens e hospedagem, tudo junto, vendem um “pacote”, para designar não uma, mas várias iniciativas adotadas ao mesmo tempo. Nasceu nesse sentido e nele devia permanecer: o de uma pluralidade de medidas, em vez de uma única. Sabe-se que o governo, para enfrentar a presente crise, adotará uma pluralidade de medidas. (...)

Ocorre, circunstância fatídica, que os pacotes foram introduzidos na política brasileira pelo regime militar e costumavam ser baixados sem aviso nem consulta. Essa característica acabou contaminando o conceito de pacote, e eis-nos então de volta, à anódina expressão “conjunto de medidas”, com a qual se pretende conferir a tais medidas, por maldosas que sejam, um atestado de bom comportamento. O eufemismo, desde sempre, foi parte integrante tanto da arte de governar quanto da de administrar as relações entre as classes sociais. No Brasil do século passado não havia escravo. Havia o “elemento servil”. O que isso tudo quer dizer é que quando é difícil modificar a sociedade, ou o governo, modifica-se a linguagem. Se não conseguirmos, governo e sociedade, ser mais justos ou mais democráticos, sejamos, pelo menos, mais finos.

(TOLEDO, Roberto Pompeu de. *Revista Veja*, 14 de out. 1998)

1. Assinale a opção que apresenta os sinônimos das palavras grifadas nos trechos abaixo:

“Mas como soa mais benigna a segunda, expurgada da crueza selvagem da primeira...”

“Soa como vitupério de rameira em rixa de bordel.”

“... eis-nos então de volta à anódina expressão ‘conjunto de medidas’ ...”

“Mais adiante, para não achincalhar a todos, indistintamente, com a pecha infamante de ‘subdesenvolvido’...”

- A) purificada - insulto - paliativa - ridicularizar - fama.
- B) amaldiçoada - grito - especial - incomodar - ironia.
- C) ironizada - lábia - inadequada - batizar - correção.
- D) exorcizada - escândalo - semelhante - nomear - apelido.
- E) eliminada - briga - estranha - chamar - peça.

2. Observe no primeiro parágrafo a apresentação das duas frases que têm o mesmo significado, usadas como exemplo. Afinal, por que se governa com a segunda forma?

- A) Porque, ao manipular a linguagem, os governantes acreditam que estão desenvolvendo o senso crítico do povo.
- B) Porque a primeira forma não é capaz de reproduzir a realidade com a qual os governantes precisam lidar.
- C) Porque, ao usar a primeira forma, o povo sentir-se-ia ludibriado.
- D) Porque, manipulando a linguagem, os governantes sentem-se mais capazes de perceber a realidade.
- E) Porque a segunda forma mascara a realidade, apresentando-a como algo menos atroz do que de fato é.

3. De acordo com a norma culta da língua, em um dos trechos abaixo, o autor cometeu um deslize quanto à concordância verbal. Aponte-o.

- A) "Considere-se agora esta outra."
- B) "Nos últimos anos, substituiu-se o 'em desenvolvimento' por 'emergente'..."
- C) "...premiou-se os melhores com o gentil 'em desenvolvimento'."
- D) "Sabe-se que o governo, para enfrentar a presente crise, adotará uma pluralidade de medidas."
- E) "Já se recorreu a peças do vestuário, por exemplo."

4. No trecho: "O que isso tudo quer dizer é que quando é difícil modificar a sociedade, ou o governo, modifica-se a linguagem. Se não conseguirmos, governo e sociedade, ser mais justos ou mais democráticos, sejamos, pelo menos, mais finos.", qual a relação que se pode depreender entre a linguagem e o exercício do poder?

- A) O domínio da linguagem pode ser um instrumento muito útil a quem exerce o poder.
- B) Através do domínio da linguagem, o povo será capaz de escolher melhor seus governantes.
- C) Os governantes nunca se preocuparam com o nível de linguagem do povo.
- D) Só é possível modificar a sociedade através da educação.
- E) É através da linguagem que seremos capazes de transformar o Brasil num país mais justo.

5. O final do primeiro parágrafo é construído com frases em que se identifica a seguinte figura de linguagem:

- A) prosopopeia.
- B) metonímia.
- C) catacrese.
- D) comparação.
- E) eufemismo.

6. No trecho abaixo, as reticências indicam a suspensão de um pensamento. Qual das frases que se seguem o completaria coerentemente?

"Nenhuma, quanto ao conteúdo. Mas como soa mais benigna a segunda, expurgada da crueza selvagem da primeira..."

- A) ...não se percebe diferença quanto ao conteúdo.
- B) ...usa-se a primeira.
- C) ...o leitor acaba confundindo-a com frase de discurso.
- D) ...reafirma-se uma ideia que seria atroz.
- E) ...governa-se com a segunda.

7. Assinale a conjunção que pode substituir a locução grifada em: "É aquele que o sistema produtivo exclui, no entanto, dificilmente alguém será miserável e incluído.", sem alteração de sentido.

- A) Logo.
- B) Entretanto.
- C) Porque.
- D) Portanto.
- E) Porquanto.

8. Assinale a opção em que o SE é índice de indeterminação do sujeito.

- A) "...do que dizer que se cometeu adultério."
- B) "...quando ainda não se carecia de eufemismos..."
- C) "...modifica-se a linguagem."
- D) "Considere-se agora esta outra..."
- E) "Sabe-se que o governo, ..., adotará uma pluralidade de medidas."

9. Em: "Até a primeira metade do século, quando ainda não se carecia de eufemismos, nesta área – ou, caso se prefira, de linguagem politicamente correta – os países eram simplesmente ricos e pobres, quando não metrópoles e colônias.", as orações grifadas são introduzidas, respectivamente, por conjunções que expressam ideia de:

- A) causa e finalidade.
- B) conformidade e concessão.
- C) tempo e condição.
- D) conformidade e tempo.
- E) comparação e concessão.

10. Marque a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas das frases abaixo.

Os argumentos \_\_\_ ele tentou convencer-nos carecem de fundamento.

As propostas \_\_\_ você duvida resultaram de longas discussões.

Ele se dirigiu ao rapaz \_\_\_ pai é delegado de polícia.

- A) sem os quais - com que - que.
- B) que - em que - em que.
- C) com os quais - de que - cujo.
- D) dos quais - cujas - que.
- E) pelos quais - que - cujo o.

11. Assinale a opção em que o substantivo grifado foi INCORRETAMENTE flexionado no plural.

- A) Todos os abaixo-assinados concordavam com aquelas reivindicações.
- B) Estou presente às reuniões todas as segundas-feiras.
- C) Vários vice-presidentes transformaram-se em presidentes.
- D) Aquelas pessoas tinham direito a vários salários-família.
- E) Anunciaram seu nome por intermédio dos altos-falantes.

## NOÇÕES DE INFORMÁTICA

12. Indique a opção que completa, correta e respectivamente, as lacunas das frases abaixo.

\_\_\_ vários anos que não se investe em saúde e educação neste país.

Estamos \_\_\_ uma longa distância dos nossos objetivos sociais.

Desde aquele tempo, pouco se fazia em relação \_\_\_ pessoas mais humildes.

- A) Há - à - as.
- B) Há - a - às.
- C) A - há - as.
- D) À - à - as.
- E) A - há - às.

13. Na frase abaixo, se passarmos o verbo da voz passiva para a ativa, encontraremos a seguinte forma verbal:

“Ocorre, circunstância fatídica, que os pacotes foram **introduzidos** na política brasileira pelo regime militar...”

- A) introduzem.
- B) introduzia.
- C) introduzisse.
- D) introduziu.
- E) introduziram.

14. O primeiro elemento da palavra grifada em: “...ser mais justos ou mais democráticos, sejamos, pelo menos, mais finos.” (demo-) significa:

- A) poder.
- B) homem.
- C) vida.
- D) povo.
- E) governo.

15. Assinale a opção em que o termo grifado exerce função sintática de objeto direto.

- A) “Na Revolução Francesa havia os ‘sans-culottes’, os desprovidos do tipo de calça...”
- B) “...quando ainda não se carecia de eufemismos, nesta área...”
- C) “Sabe-se que o governo, para enfrentar a presente crise, adotará uma pluralidade de medidas.”
- D) “Quando morre a mãe de alguém, é grosseiro anunciar-lhe...”
- E) “Dois deles são universais - ‘emergente’ para país atrasado e ‘excluído’ para miserável.”

16. Para acessar o setup da máquina durante a inicialização da mesma, diversas teclas de atalho podem ser utilizadas, EXCETO:

- A) SHIFT-X.
- B) DELETE.
- C) SPACE.
- D) ESC.
- E) CTRL-ESC.

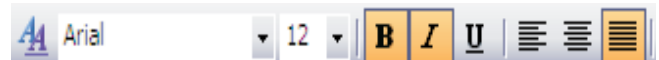
17. O Windows XP oferece uma ferramenta que ajuda ao usuário gerenciar programas e componentes no seu computador chamada “Adicionar ou Remover Programas”. É INCORRETO afirmar que essa ferramenta permite:

- A) adicionar ou remover programas componentes do Windows não incluídos na versão original, como serviços de rede.
- B) remover qualquer programa, mesmo que este não tenha sido escrito para sistemas operacionais Windows.
- C) adicionar componentes do Windows somente se o usuário estiver logado como um administrador ou como membro de um grupo de administradores.
- D) adicionar programas como Microsoft Excel ou Word, de um CD-ROM, disquete ou da rede.
- E) adicionar novas *features* do Windows através da Internet.

18. Além das tarefas básicas fornecidas em todas as pastas do Windows, há várias pastas que fornecem links para tarefas especializadas. A pasta Meu Computador oferece algumas delas, EXCETO:

- A) usar os links para exibir as informações sobre o seu computador.
- B) usar os links para alterar as configurações do sistema usando o Painel de Controle.
- C) esvaziar ou restaurar os arquivos e pastas excluídos para os seus locais de origem.
- D) exibir e selecionar as unidades do seu computador.
- E) exibir e selecionar os dispositivos com armazenamento removível e os arquivos armazenados no computador.

19. Ao selecionar um determinado texto no Microsoft Office Word, a barra de formatação é exibida conforme ilustração abaixo. Isto significa que o texto selecionado possui as seguintes formatações:



- A) realce, itálico, centralizado.
- B) fonte Arial, realce, justificado.
- C) fonte Arial, negrito, centralizado.
- D) negrito, itálico, justificado.
- E) negrito, sublinhado, centralizado.

20. A sigla que representa uma rede de alcance mundial, como um meio de comunicação global no qual usuários podem ler e escrever através de computadores conectados à Internet é:

- A) HTML.
- B) WAN.
- C) LAN.
- D) HTTP.
- E) WWW.

24. Eventualmente, anexos de e-mails ou mensagens podem conter *spywares*. Pessoas ou empresas podem explorar maliciosamente a curiosidade dos usuários e desenvolver novas formas de transmissão e de instalação de *spywares*. Uma das formas para facilitar a assimilação de *spywares* pelo navegador é a utilização de:

- A) Scans.
- B) Ransomwares.
- C) Sharewares.
- D) Plug-ins.
- E) Cookies.

21. A imagem exibida a seguir representa uma área de uma planilha Excel. Sobre a mesma, é correto afirmar que:

Ano	Investimento em Educação							
	Total Brasil		Sudeste		Centro-Oeste		Sul	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
2008	R\$	208.000	1.0%	R\$ 2.080	21%	R\$ 437	10.0%	R\$ 44
2009	R\$	216.320	1.0%	R\$ 2.163	21%	R\$ 454	12.0%	R\$ 55
2010	R\$	225.838	1.0%	R\$ 2.258	21%	R\$ 474	14.0%	R\$ 66
2011	R\$	236.678	1.0%	R\$ 2.367	21%	R\$ 497	16.0%	R\$ 80

- A) a célula Total Brasil foi formatada através da opção Mesclar e Centralizar.
- B) quando a opção de controle de alteração está ativa, o Excel exibe células alteradas por outro usuário destacadas em amarelo.
- C) a coluna Valor foi formatada com o tipo Moeda.
- D) os valores apresentados na coluna Ano estão justificados.
- E) a marca "no canto superior direito" exibida nas células Total Brasil e % indica que as colunas correspondentes estão protegidas e não podem ter seus valores alterados.

25. O Microsoft Office Word possui diversas opções de intervalo de impressão, com EXCEÇÃO de:

- A) páginas específicas, separando-as por “,”.
- B) últimas X páginas, onde X representa o número de páginas a serem impressas.
- C) área selecionada no documento.
- D) página corrente.
- E) todo o documento.

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. A existência da pessoa natural termina com a morte, de acordo com o que prevê o Código Civil Brasileiro. A respeito desse instituto, pode-se afirmar que:

- A) poderá ser declarada a morte presumida, após seis meses, de alguém desaparecido em campanha ou feito prisioneiro.
- B) entende-se por comoriência a situação em que dois indivíduos falecem na mesma ocasião, não se podendo averiguar quem precedeu ao outro, de modo que se consideram simultaneamente mortos.
- C) ainda que extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida, não será possível a declaração de morte presumida sem a decretação de ausência.
- D) a morte é presumida, quanto aos ausentes, nas hipóteses em que a Lei Civil autoriza a abertura de sucessão provisória.
- E) pode ser declarada judicialmente a morte presumida, sem a decretação de ausência, bastando meros indícios e a manifestação de qualquer interessado na sua declaração.

22. Ao salvar um arquivo, o Microsoft Office Word oferece diversos recursos relativos à segurança, com EXCEÇÃO de:

- A) senha para apagar o documento.
- B) recomendação de somente leitura.
- C) opção para remover informações pessoais.
- D) senha para abrir o documento.
- E) senha para modificar o documento.

23. O Microsoft Office é uma suíte de aplicativos para processamento de texto, elaboração de planilha de cálculo e gerenciamento de banco de dados, dentre outros. Qual a ferramenta do Office que permite utilizar uma conta de e-mail, previamente configurada, para envio e recebimento de mensagens eletrônicas?

- A) Power Point.
- B) Hotmail.
- C) Google.
- D) Access.
- E) Outlook.

27. Sabe-se que uma das classificações a que se submetem os bens no Código Civil em vigor diz respeito à sua natureza móvel ou imóvel. Sobre os bens móveis e imóveis está correta a afirmativa:

- A) Tornam-se bens móveis os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.
- B) Considera-se bem imóvel, para efeito legal, as energias que tenham valor econômico.
- C) O direito à sucessão aberta é considerado bem móvel para efeitos legais, já que pode ser objeto de cessão de direitos hereditários.
- D) São considerados bens móveis, para os efeitos legais, os direitos reais sobre bens imóveis e as ações que os asseguram.
- E) Não perdem o caráter de imóvel as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.



28. Em relação à regulamentação trazida pelo Código Civil de 2002, quanto aos negócios jurídicos, é correto afirmar que:

- A) a validade da declaração de vontade, em regra, não dependerá de forma especial.
- B) os negócios jurídicos não podem ser anulados por dolo de terceiro, somente por dolo do outro contratante.
- C) são inexistentes os negócios jurídicos quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial.
- D) a capacidade do agente é pressuposto de existência dos negócios jurídicos.
- E) a impossibilidade relativa e inicial do objeto é causa de invalidação do negócio jurídico.

29. Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos previstos pelo Código Civil. A respeito do tema, assinale a alternativa que se encontra de acordo com a previsão legal.

- A) Prescreve em cinco anos a pretensão para haver a reparação civil.
- B) Não corre a prescrição contra os absolutamente e contra os relativamente incapazes.
- C) Pendendo condição resolutiva, não corre o prazo prescricional.
- D) A renúncia à prescrição pode ser expressa ou tácita, somente se caracterizando esta última pela ratificação posterior expressa do titular do direito.
- E) A interrupção da prescrição por um dos credores solidários não aproveita aos demais credores.

30. O Código Civil regulamenta as obrigações de dar, de fazer e de não fazer, prevendo, em relação a cada um delas, as consequências para o seu inadimplemento. No que se refere às previsões legais mencionadas, é INCORRETO afirmar que:

- A) nas obrigações de fazer, se a prestação puder ser executada por terceiro, será livre ao credor mandá-la executar à custa do devedor, havendo recusa ou mora deste.
- B) nas obrigações de dar coisa incerta, antes da escolha, não poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, ainda que por força maior ou caso fortuito.
- C) se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta se perder sem culpa do devedor, mas antes da tradição, sofrerá o devedor a perda, devendo arcar com o equivalente.
- D) nas obrigações de dar coisa certa, se a coisa se perder sem culpa do devedor e antes da tradição, fica resolvida a obrigação para ambas as partes.
- E) nas obrigações de dar coisa incerta, a escolha, em regra, pertence ao devedor, salvo disposição contrária resultante do título da obrigação.

31. A transmissão das obrigações pode ocorrer por meio de cessão de crédito ou por assunção de dívida, prevendo o Código Civil Brasileiro a regulamentação de ambos os institutos. Assinale a seguir a única alternativa que se encontra de acordo com a previsão legal da matéria.

- A) Na assunção de dívida, o novo o devedor pode opor ao credor as exceções pessoais que competiam ao devedor primitivo.
- B) Na cessão de crédito, o devedor que, antes de ter conhecimento da cessão, paga ao credor primitivo, não fica desobrigado ao pagamento da dívida ao novo credor.
- C) Ocorrendo várias cessões de crédito ao mesmo tempo, prevalece a que ocorrer primeiro, independentemente da tradição do título.
- D) A assunção de dívida não depende de consentimento expresso do credor, em regra.
- E) Na cessão de crédito, em regra, o cedente não responde pela solvência do devedor.

32. Pelo contrato de compra e venda, um dos contratantes se obriga a transferir o domínio de certa coisa, e o outro, a pagar-lhe certo preço em dinheiro. Obedecendo ao que prevê a Lei Civil acerca do contrato de compra e venda, marque a alternativa correta.

- A) É considerada inexistente a compra e venda de ascendente a descendente.
- B) Não sendo a venda a crédito, o vendedor não está obrigado a entregar a coisa antes de receber o preço.
- C) Ainda que antes da tradição do objeto, os riscos da coisa já correm por conta do comprador.
- D) O contrato de compra e venda de bens móveis é um contrato real, que se considera obrigatório e perfeito com a tradição do objeto.
- E) É nulo o contrato de compra e venda em que os contratantes acordam em deixar ao arbítrio de terceiro a fixação do preço.

33. O Código Civil de 2002 adotou a Teoria da Empresa na regulamentação da atividade empresária. De acordo com as previsões legais sobre o tema, é correto afirmar que:

- A) a inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis do empresário, cuja atividade rural constitua a sua principal profissão, é facultativa e, depois de inscrito, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro.
- B) as sociedades civis que existiam anteriormente ao Código Civil de 2002 tornaram-se, automaticamente, sociedades simples, por força de Lei.
- C) o incapaz pode livremente exercer a atividade empresária, não havendo na Lei limitações a esse direito.
- D) considera-se empresário todo o profissional ou sociedade que exerce atividade econômica para a produção ou circulação de bens ou de serviços, independentemente da organização da atividade executada.
- E) o registro do empresário ou da sociedade empresária no Registro Público de Empresas Mercantis é obrigatório e possui efeito constitutivo quanto à natureza empresarial da atividade.

34. No que se refere à classificação das espécies de sociedades existentes no ordenamento jurídico brasileiro, está correto:

- A) podem ser sócios da sociedade em nome coletivo tanto as pessoas físicas como as pessoas jurídicas regulares.
- B) na sociedade em comandita simples, os sócios comanditados, pessoas físicas, respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.
- C) a sociedade sempre responde ilimitadamente, com todo o seu patrimônio, pelas dívidas sociais.
- D) independentemente de seu objeto, considera-se empresária a sociedade por ações e simples, as cooperativas e as sociedades limitadas.
- E) nas sociedades em conta de participação, somente o sócio participante obriga-se perante terceiros.

35. Em relação aos Títulos de Crédito, sabe-se que o princípio que informa que o título de crédito desvincula-se completamente da causa que lhe deu origem a partir do momento em que é posto em circulação é o princípio da:

- A) literalidade.
- B) autonomia.
- C) transferência.
- D) cartularidade.
- E) legalidade.

36. Acerca dos atos administrativos, é correto afirmar que:

- A) há vício de forma quando o ato não se incluir dentre as atribuições legais do agente que o praticou.
- B) ao contrário do direito privado, vigora no direito público o princípio da liberdade das formas, decorrência do princípio da efetividade administrativa.
- C) caducidade é forma de extinção do ato administrativo, em razão do advento de nova legislação que impede a permanência de situação anteriormente consentida.
- D) a Administração pode anular seus próprios atos, por motivo de conveniência e oportunidade, ou revogá-los quando eivados de vícios que os tornem ilegais.
- E) licença é ato administrativo de natureza discricionária e precária, pelo qual a Administração consente a utilização privada de bem público.

37. Sobre os poderes e deveres dos administradores públicos, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O dever de eficiência dos administradores decorre da necessidade de tornar qualitativa a atividade administrativa, estando incluído dentre os princípios constitucionais que regem a Administração Pública.
- B) É possível o controle administrativo e judicial irrestrito sobre os elementos discricionários do ato administrativo, decorrência lógica do princípio da autotutela administrativa.
- C) A cobrança de taxa pelo poder público exige o exercício efetivo do poder de polícia ou a utilização de serviços públicos pelo contribuinte.
- D) O poder regulamentar é, em regra, subjacente à lei, pressupondo a existência desta.
- E) Cabe exclusivamente ao Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo, que exorbitem do poder regulamentar.

38. Os contratos administrativos alcançam todos os ajustes firmados pela Administração, sendo correto afirmar que:

- A) a declaração de nulidade do contrato administrativo tem efeitos retroativos, sempre exonerando a Administração do dever de indenizar.
- B) sempre é possível à Administração celebrar contratos verbais, visando atender ao princípio da eficiência.
- C) o atraso superior a trinta dias dos pagamentos devidos pela Administração, justifica a rescisão contratual unilateral pelo contratante.
- D) o regime jurídico dos contratos administrativos confere prerrogativas à Administração, que pode unilateralmente modificá-los e aplicar sanções no caso de inexecução total ou parcial do ajuste.
- E) os prazos de início de etapas de execução, conclusão e entrega da prestação prevista no contrato não admitem prorrogação.

39. No que concerne aos serviços públicos é correto afirmar que:

- A) considera-se desestatização a transferência para a iniciativa privada, da execução de serviços públicos.
- B) a finalidade lucrativa é requisito essencial para que entidades privadas se qualifiquem como organização social.
- C) regimes de parceria e gestão associada são algumas das formas de prestação direta do serviço público.
- D) a encampação do serviço público pelo poder concedente independe de indenização.
- E) a delegação do serviço público pelo poder concedente importa a transferência dos deveres de regulamentar e fiscalizar a sua prestação ao particular.

40. Pode-se afirmar que controle da Administração Pública é o conjunto de mecanismos jurídicos e administrativos por meio dos quais se exerce o poder de fiscalização e revisão da atividade administrativa. Acerca do tema assinale a alternativa correta.

- A) De acordo com a jurisprudência recente do STJ, é ilegítima a exigência de depósito prévio como requisito para a interposição de recurso administrativo.
- B) A coisa julgada no âmbito da Administração impede a revisão judicial da decisão proferida.
- C) O princípio do devido processo legal não é aplicável aos processos administrativos, em razão da autoexecutoriedade inerente aos atos administrativos.
- D) Pedido de reconsideração é modalidade de recurso dirigido à autoridade hierarquicamente superior, distinta daquela que praticou o ato administrativo.
- E) Os recursos administrativos somente possuem efeito suspensivo, tendo em vista a presunção de legitimidade dos atos administrativos.

<p>41. Com base na Resolução Normativa do Sistema “S”, nº 1.102/06, é correto afirmar:</p> <p>A) Contra os resultados da fase de habilitação e do julgamento das propostas é cabível a interposição de recurso no prazo de 30 (trinta) dias, cujo efeito é devolutivo.</p> <p>B) É permitido a dirigente ou empregado do SESC participar das licitações e contratar com a entidade, tendo em vista os princípios da eficiência e da igualdade.</p> <p>C) Convite é modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores.</p> <p>D) Poderá ser dispensada a licitação para a contratação de profissional de qualquer setor artístico.</p> <p>E) O julgamento do pregão eletrônico exige, dentre outros requisitos, o credenciamento prévio dos licitantes junto ao provedor do sistema eletrônico.</p>	<p>44. No que tange aos recursos, previstos no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.</p> <p>A) É sempre permitido ao tribunal julgar desde logo a demanda, nos casos de extinção do processo com julgamento do mérito, ainda que a causa verse sobre matéria fática.</p> <p>B) É vedado o reexame pelo tribunal, das questões já decididas na sentença, a cujo respeito se operou a preclusão.</p> <p>C) A apelação interposta contra decisão proferida em processo cautelar será recebida com efeito suspensivo.</p> <p>D) Ao recorrente é vedado desistir do recurso sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes.</p> <p>E) Em regra, o recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se opostos ou distintos os seus interesses.</p>
<p>42. Sobre o procedimento ordinário, assinale única alternativa que está em conformidade com o Código de Processo Civil.</p> <p>A) O pedido pode ser aditado após a citação, ficando por conta do autor as custas acrescidas por conta deste ato.</p> <p>B) A extinção ou desistência da ação não impede o prosseguimento da reconvenção.</p> <p>C) O ônus da impugnação especificada é aplicável ao réu e ao órgão do Ministério Público.</p> <p>D) A emenda da inicial, que apresente defeitos ou irregularidades, deverá ser promovida pelo autor no prazo de 30 (trinta) dias.</p> <p>E) A cumulação de pedidos num único processo, contra o mesmo réu, somente é permitida quando houver conexão entre eles.</p>	<p>45. De acordo com as regras atinentes ao mandado de segurança, dispostas na Lei nº 12.016/09, é correto afirmar que:</p> <p>A) são cabíveis recurso especial e extraordinário das decisões em mandado de segurança, proferidas em única instância pelos tribunais.</p> <p>B) a sentença no mandado de segurança coletivo faz coisa julgada <i>erga omnes</i>, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas.</p> <p>C) o direito de requerer mandado de segurança se extingue depois de decorridos 30 (trinta) dias da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.</p> <p>D) é cabível mandado de segurança contra atos de gestão comercial praticados por administradores de empresas públicas e de sociedade de economia mista.</p> <p>E) o ingresso de litisconsorte ativo é permitido a qualquer tempo.</p>
<p>43. Acerca da sentença e da coisa julgada é correto afirmar:</p> <p>A) em nome da ampla defesa e do contraditório, podem as partes discutir no curso do processo, questões já decididas judicialmente.</p> <p>B) a decisão relativa à questão prejudicial faz coisa julgada material, independentemente de pedido da parte interessada.</p> <p>C) as sentenças proferidas contra as autarquias e fundações produzem efeitos imediatos.</p> <p>D) a imposição de multa coercitiva, objetivando o cumprimento da obrigação, pode ser imposta de ofício pelo juiz.</p> <p>E) publicada a sentença, é vedado ao juiz alterar a sua decisão.</p>	<p>46. Sobre as regras relativas à execução, previstas na legislação processual civil, assinale a alternativa correta:</p> <p>A) Na execução por quantia certa contra devedor solvente, o executado é citado para pagar a dívida no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de expedição de mandado de busca e apreensão.</p> <p>B) É vedado o pedido de substituição da penhora, ainda que se deixe de obedecer à ordem legal ou fracasse a tentativa de alienação judicial do bem.</p> <p>C) A execução é realizada no interesse do credor, que adquire, pela penhora, o direito de preferência sobre os bens penhorados.</p> <p>D) É provisória a execução de sentença já transitada em julgado e definitiva quando se tratar de sentença impugnada por recurso sem efeito suspensivo.</p> <p>E) No cumprimento de sentença, o mandado de penhora será expedido imediatamente após o trânsito em julgado da decisão condenatória, independentemente de requerimento do credor.</p>



47. Acerca das provas, disciplinadas no Capítulo VI do Código de Processo Civil, pode-se afirmar que:

- A) É cabível a instauração de incidente de falsidade, por iniciativa da parte contra quem foi produzido o documento.
- B) A prova testemunhal deve ser sempre admitida, ainda que se trate de fatos já provados por documento ou confissão da parte.
- C) Mesmo os incapazes e impedidos devem depor como testemunhas, tendo em vista o princípio da ampla defesa que vigora no processo civil brasileiro.
- D) Incumbe ao autor a prova de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do réu, e ao réu, a prova de fato constitutivo do seu direito.
- E) Somente a requerimento da parte interessada, pode o juiz determinar o comparecimento pessoal das partes.

48. Assinale abaixo a única alternativa que NÃO está de acordo com o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho.

- A) Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal dos serviços.
- B) Considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada.
- C) Não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual.
- D) Considera-se empregado toda pessoa física ou jurídica que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.
- E) Equiparam-se ao empregador para os efeitos exclusivos da relação de emprego, dentre outras figuras, os profissionais liberais e as instituições de beneficência, que admitirem trabalhadores como empregados.

49. A Consolidação das Leis do Trabalho destina o seu Título IV à regulamentação dos Contratos Individuais do Trabalho. Com relação ao tema, pode-se afirmar que:

- A) ao empregado afastado do emprego, são asseguradas, por ocasião de sua volta, todas as vantagens que, em sua ausência, tenham sido atribuídas à categoria a que pertencia na empresa.
- B) o empregado que for aposentado por invalidez terá rescindido o seu contrato de trabalho como requisito para a efetivação do benefício previdenciário.
- C) a falta do aviso prévio por parte do empregador dá ao empregado o direito aos salários correspondentes ao prazo do aviso, excluída a integração desse período no seu tempo de serviço.
- D) o contrato de trabalho por prazo determinado não poderá ser estipulado por mais de 5 (cinco) anos, admitindo-se prorrogação por prazo indeterminado.
- E) ao empregado chamado a ocupar, em comissão, interinamente, ou em substituição eventual ou temporária, cargo diverso do que exercer na empresa, não será garantida a contagem do tempo naquele serviço.

50. No que se refere ao Direito Processual do Trabalho, notadamente quanto à possibilidade de declaração de nulidade pelo Juiz, é correto afirmar que:

- A) nos processos da Justiça do Trabalho, haverá nulidade independentemente de verificação de prejuízo às partes.
- B) a nulidade será pronunciada ainda que arguida por quem tiver lhe dado causa.
- C) em regra, as nulidades no processo do trabalho serão declaradas mediante provocação das partes, que devem arguí-las na primeira oportunidade que tiverem de falar nos autos.
- D) a nulidade do ato prejudicará os atos posteriores, ainda que estes não dependam ou sejam consequência do ato declarado nulo.
- E) a nulidade fundada em incompetência de foro deverá ser arguida pelas partes, sob pena de preclusão.